



Comunidades tradicionais reivindicam regularização fundiária e políticas públicas diferenciadas

23/08/2005 - Participantes do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais acreditam que é necessário que as diversas populações e suas organizações façam alianças para fortalecer poder de pressão, mas chamam a atenção para o risco representado pela tendência do governo em homogeneizar seus programas. Representantes defendem que políticas públicas levem em conta as peculiaridades de cada segmento.

Índios, quilombolas, quebradeiras de côco de babaçu, seringueiros, caiçaras, ribeirinhos, sertanejos, açorianos, pantaneiros, geraizeiros, jangadeiros, fundos de pasto, faxinais, açorianos, pomeranos e até ciganos. Grupos das mais diferentes regiões do Brasil cujos hábitos, origem, religiosidade e formas de organização são desconhecidos pela maioria dos brasileiros (saiba mais). Reunir toda essa enorme diversidade sócio-cultural para enfrentar o desafio de elaborar uma política nacional de desenvolvimento sustentável voltada às populações tradicionais foi o desafio do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais, ocorrido de quarta a sexta-feira da semana passada (17 a 19 de agosto), em Luziânia (GO), a 50 km de Brasília.

A regularização fundiária foi a grande unanimidade entre as reivindicações dos representantes de populações presentes ao evento. A integridade de grande parte dos territórios tradicionais está seriamente ameaçada por pressões do agronegócio, de grandes mineradoras, imobiliárias e da indústria do papel, por exemplo. Depois do direito à terra, as comunidades também exigem a garantia de acesso aos recursos naturais das áreas que habitam; educação e atenção à saúde diferenciadas; o acesso à documentação civil; e que não sejam

COMUNIDADES TRADICIONAIS



mais criadas Unidades de Conservação de proteção integral sobre suas terras.

Organizado pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais do governo federal (veja decreto de criação), o evento reuniu, por três dias, quase cem pessoas, entre representantes de populações e entidades, pesquisadores e técnicos dos vários órgãos públicos envolvidos com a questão. O encontro também teve o objetivo de discutir o próprio conceito de comunidades tradicionais e fazer um levantamento das políticas públicas que já existem para atendê-las. Também foram escolhidos os 15 representantes da sociedade civil que deverão integrar a Comissão, que antes era formada apenas por representantes de 13 ministérios e que passa agora a ser paritária. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) detém a presidência do colegiado e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) a sua secretaria-executiva. (Confira abaixo a lista completa de reivindicações, diretrizes de linhas de ação definidas no encontro e os representantes da Comissão Nacional).

"Fazendo a integração das políticas que já existem e outras que estão sendo criadas, a partir da criação da Comissão, nós estaremos inscrevendo essas demandas e essas comunidades no mapa econômico, social e cultural do País", garantiu a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Ela e o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, receberam das mãos dos participantes do encontro a lista com suas principais reivindicações, em Brasília, na sexta-feira, ao final dos debates. A ministra disse que, como já existem várias iniciativas específicas do governo federal voltadas para as comunidades tradicionais, muitas das solicitações já estarão sendo atendidas no orçamento de 2006. "Não estamos trabalhando para as comunidades, mas com as comunidades."

Peculiaridades



Para a maioria dos representantes de populações tradicionais, o encontro foi positivo porque representou um espaço democrático de consulta e discussão. Fica a dúvida, entretanto, se as reivindicações levantadas terão um encaminhamento político ágil. “Este foi um governo que avançou na legislação, no processo de diálogo com o movimento quilombola, que deu visibilidade e que pautou isso. No entanto, concretamente, no processo de titulação, a gente não consegue visualizar, apalpar”, resume Jô Brandão, da Coordenação Nacional de Quilombos (Conaq). Apenas dois títulos de territórios de quilombos foram expedidos pelo governo Lula, mas, segundo a integrante da Conaq, eles “não foram efetivados e têm muitos problemas”. No País, existiriam ainda mais de duas mil comunidades quilombolas sem titulação (leia mais). Jô Brandão volta a fazer a crítica recorrente de que falta articulação e compartilhamento de informações entre os vários órgãos públicos envolvidos com as políticas para o setor. “Por que o governo não cria um mecanismo com uma metodologia para integrar as ações para que se tenha um efeito muito mais positivo?”

“Unificar as demandas é não levar em conta especificidades. É este o direito que sempre temos reivindicado: que sejamos reconhecidos na nossa diferença”, continua a quilombola. Ela acredita que é necessário que as diversas comunidades tradicionais e suas organizações façam alianças para fortalecer seu poder de pressão, mas chama a atenção para o risco representado pela tendência do governo em homogeneizar seus programas. Jô defende que as políticas públicas levem em conta as peculiaridades de cada segmento. “A pobreza quilombola não é igual à pobreza indígena. Ser pobre indígena, ser pobre quilombola não quer dizer que eu não tenha potencial de solução e de sustentabilidade da minha vida. Quando você pensa as comunidades tradicionais, os empobrecidos pelo viés

COMUNIDADES TRADICIONAIS



da pobreza, unicamente, você incorre o erro de não pensar essas pessoas com suas potencialidades de desenvolvimento”.

“A questão da terra está muito devagar. A gente vem mantendo a interlocução com outros órgãos do governo, principalmente Ministério do Desenvolvimento Agrário e Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária], buscando formas de avançar. Eu reconheço as dificuldades. Agora tem uma burocracia ali que emperra”, admite Jorge Zimmerman, diretor de Agroextrativismo do MMA e um dos coordenadores da Comissão Nacional. Ele lembra que uma das atribuições do colegiado é justamente pressionar e sensibilizar os diferentes órgãos do governo federal para tentar acelerar as ações voltadas às comunidades tradicionais.

Zimmerman explica que, a partir do que foi identificado no encontro, a Comissão fará uma seleção entre questões que podem ser resolvidas rapidamente e outras que demandarão negociações e processos mais complexos. “Acho que na questão da terra a gente vai fazer muita pressão, vai buscar formas. Na questão do marco regulatório de acesso dessas populações aos recursos públicos, também acho que a gente pode avançar no sentido de regulamentar algumas coisas e viabilizar o acesso mais fácil”.

“A gente conseguiu fortalecer [a discussão] no sentido de ver as convergências e aquilo que constitui a especificidade de cada categoria. Cada um tem a sua luta, o seu movimento e as suas formas de encaminhamento, mas aqui o objetivo é maior”, responde Aderval Costa Filho, coordenador do Núcleo de Povos e Comunidades Tradicionais e Específicas do MDS, quando questionado sobre o andamento das discussões a respeito do conceito de comunidade tradicional. Ele explica que há determinados grupos que têm identidades e atributos múltiplos. Uma quebradeira de côco de babaçu, por exemplo, pode ser também extrativista, negra e quilombola. “Quando a gente

COMUNIDADES TRADICIONAIS



tenta categorizar, pode estar diminuindo aquilo que é mais amplo e mais abrangente”. Costa informa que a comissão também vai capacitar funcionários do governo e lideranças para que os vários setores envolvidos com o assunto possam conhecer melhor os diversos grupos.

Maria de Jesus Ferreira Brinjelo, conhecida como dona Dijé, 54 anos, é uma dessas pessoas que resume a diversidade e a disposição de luta das populações tradicionais. Com cinco filhos e quatro netos, ela começou a quebrar côco de babaçu aos 16 anos, para ajudar a sustentar a família em uma pequena comunidade do município de São Luís Gonzaga (MA), a cerca de 280 quilômetros de São Luís. Além de extrativista e quebradeira de côco de babaçu, também se considera quilombola - uma “mistureba”. “Não adianta, para nós, que estamos nas comunidades, a terra só para nós, porque existem outras pessoas que dependem da terra. Queremos que tanto nós como as pessoas que estão nas periferias das grandes cidades tenham acesso aos babaçuais, independentemente de onde eles estão”, afirma Dona Dijé, que também é secretária-geral da Associação de Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (Assema) e integrante do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Côco de Babaçu (MIQCB).

Ela explica que a principal reivindicação do MIQCB é a aprovação de uma lei federal que proteja e valorize a prática do extrativismo. Apenas alguns poucos municípios maranhenses e tocantinenses já instituíram leis sobre o assunto. No total, segundo cálculos do MIQCB, existem hoje mais de 400 mil quebradeiras nos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará. Há nove anos, tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que pretende regulamentar o extrativismo do babaçu. Enquanto isso, mulheres como Dona Dijé continuam dependendo, em muitos casos, da boa vontade dos grandes fazendeiros proprietários das áreas onde crescem as palmeiras, os mesmos que também podem representar uma séria ameaça ao

COMUNIDADES TRADICIONAIS



ecossistema da planta, responsável por um óleo que serve para temperar alimentos e é cobiçado também pela indústria de cosméticos. “[Os fazendeiros] derrubam, matam as palmeiras novas com veneno ou plantam um capim que acaba matando o babaçual”, conta Dona Dijé.

Afirmação de identidades

O Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais serviu também como espaço para a afirmação das identidades de comunidades que, até há algum tempo atrás, não eram reconhecidas como "população tradicional". É o caso, por exemplo, dos pomeranos, descendentes de tribos eslavas cujo território ficou dividido entre a Alemanha e a Polônia e que têm traços europeus marcantes, como a pele e os cabelos claros. Em 1856, os primeiros colonos chegaram à região serrana do Espírito Santo, fugindo do regime czarista e motivados pela onda de imigração estrangeira estimulada pelo governo do Império. Hoje, os integrantes da comunidade estão distribuídos principalmente por sete municípios do Espírito Santo, têm dialeto próprio (o pomerano) e, em geral, desenvolvem atividades ligadas à agricultura.

As chamadas comunidades religiosas de matriz africana também foram reconhecidas, pelo menos oficialmente, há pouco tempo. "Esses grupos são a primeira forma de organização política dos escravos trazidos da África. Daí surgiram vários quilombos, irmandades católicas e manifestações como congados e moçambiques", explica Ana Maria Sales Placidino, da Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU), pertencente à nação Nagô Godô e moradora do Quilombo Terra Vermelha, de Cachoeira (BA), município da Região Metropolitana de Salvador.

Ana Maria conta que algumas comunidades criadas no século XVIII estão ativas até hoje. Geralmente localizadas na zona

COMUNIDADES TRADICIONAIS



rural, esses agrupamentos representaram formas poderosas de resistência à escravidão, comprando a alforria de vários escravos, organizando formas alternativas de comércio e suprindo a subsistência de inúmeras pessoas. Também funcionavam, muitas vezes, como uma espécie de rede de assistência social, ao acolher crianças, adolescentes e idosos abandonados. Até hoje, em muitos lugares, oferecem creches e cursos profissionalizantes de culinária, música e artesanato tradicionais, por exemplo.

"Temos todo um patrimônio a proteger. Somos comunidades tradicionais em todos os sentidos, com diversas etnias, línguas próprias em cada uma dessas etnias, com atividades tradicionais, extrativismo, pesca, culinária", afirma Ana Maria. Ela conta ainda que a principal reivindicação das comunidades é a proteção e a preservação dos conhecimentos e das práticas tradicionais dos afro-descendentes. Para isso, seria necessário realizar inventários e elaborar publicações sobre o assunto. A representante da ACBANTU considera urgente a realização de um censo populacional dos vários grupos espalhados por todo o País, localizados sobretudo na Bahia, Minas Gerais e Maranhão. "Também queremos ter acesso às políticas públicas", defende. Apesar de ameaçadas pelo esquecimento da história oficial, as organizações dessa "nova" população tradicional continuam mostrando sua força ao participar de espaços políticos importantes. A ACBANTU, por exemplo, tem assento no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e vem atuando em vários fóruns governamentais de saúde e educação.

I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais Sistematização das Demandas Prioritárias

- .:Regularização Fundiária e garantia de acesso aos recursos naturais;
- .:Educação diferenciada, de acordo com as características próprias a cada um dos povos tradicionais;

COMUNIDADES TRADICIONAIS



- .:Reconhecimento, fortalecimento e formalização da cidadania (exemplo: documentação civil);
- .:Não criar mais UCs de proteção integral sobre territórios dos povos tradicionais;
- .:Resolução de conflitos decorrentes da criação de UCs de proteção integral sobre territórios de povos tradicionais;
- .:Dotação de infra-estrutura básica;
- .:Atenção diferenciada à saúde dos povos tradicionais, reconhecendo suas características próprias, valorizando suas práticas e saberes;
- .:Reconhecimento e fortalecimento de suas instituições e formas de organização social;
- .:Fomento e implementação de projetos de produção sustentável;
- .:Garantia de acesso às políticas públicas de inclusão social;
- .:Garantia de segurança às comunidades tradicionais e aos seus territórios;
- .:Evitar os grandes projetos com impactos diretos e/ou indiretos sobre territórios de povos tradicionais e, quando inevitáveis, garantir o controle e gestão social em todas as suas fases de implementação, minimizando seus impactos sociais e ambientais.

Organizações escolhidas para ter assento na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais

Quebradeiras de côco

Titular: Movimento Interestadual das Quebradeiras de Côco de Babaçu (MIQCB)

Suplente: Associação de Áreas de Assentamento do Maranhão (Assema)

Seringueiros

Titular: Conselho Nacional de Seringueiros (CNS)

Coletadores

COMUNIDADES TRADICIONAIS



Titular: Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)

Pescadores

Titular: Movimento Nacional de Pescadores (Monape)

Sertanejos

Titular: Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas (Amas)

Quilombolas

Titular: Coordenação Nacional de Quilombos (Conaq)

Comunidades de Terreiro

Titular: Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU)

Suplente: Rede Kodya

Geraizeiros

Titular: Rede Cerrado

Suplente: Articulação Pacari

Caíçaras

Titular: Rede Caíçara de Cultura

Suplente: União dos Moradores da Juréia (UMJ)

Ciganos

Titular: Associação de Preservação da Cultura Cigana (Apreci)

Suplente: Centro de Estudos e Discussão Romani (Cedro)

Fundos de Pasto

Titular: Coordenação Estadual de Fundo de Pasto

Faxinais

Titular: Rede Faxinais

Suplente: Rede Ecovida

Povos Indígenas

COMUNIDADES TRADICIONAIS



Titular: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)

Suplente: Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, MG e ES (APOINME)

Pantaneiros

Titular: Fórum Mato-grossense pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad)

Suplente: CZ-5

Pomeranos

Titular: Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águas Branca (AMAPPPAB)

Suplente: Associação Cultural Alemã do Espírito Santo (Acaes)

Comissão Nacional – Linha de Ação/Encaminhamentos:

..:Revisão do Decreto (27/12/2004) que cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais

..:Encaminhamento das Demandas

..:Formação de técnicos e lideranças

..:Revisão dos marcos regulatórios (acesso “qualificado” das comunidades tradicionais às políticas públicas)

Assessoria de imprensa (Oswaldo Braga de Souza)

Fonte: Instituto Socioambiental (www.isa.org.br)

Recursos beneficiam comunidades tradicionais

14/11/2005 - Dezoito projetos de comunidades tradicionais nos estados de Minas Gerais, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso e Pará contarão com investimentos em torno de R\$ 1 milhão. As propostas foram aprovadas na última reunião do Comitê Gestor do Programa Comunidades Tradicionais, em outubro. O programa é executado pela Coordenadoria do Agroextrativismo,

COMUNIDADES TRADICIONAIS



da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, do Ministério do Meio Ambiente.

Outros projetos submetidos ao Proambiente também foram aprovados na reunião e contarão com aplicação de R\$ 1,1 milhão. As propostas são do Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (Pesacre), da Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP) e Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (Apa/TO).

Projetos Tipo B • (Valores solicitados ao Programa entre R\$ 5.000 a 30.000)

UF	Proponente	Título do Projeto	Valor solicitado e contrapartida (R\$)
AM	Associação de artesãos de Novo Airão	Elaboração de novos materiais de divulgação para o artesanato produzido pela Associação de Artesãos de Novo Airão • AANA	28.487,00
AM	Associação dos Produtores Rurais Carauari • ASPROC	Abertura de Estradas de Seringa para Produção de Borracha Natural	29.990,00
MA	Cooperativa Agroecológica de São Raimundo das Mangabeiras COOPEVIDA	O cerrado precisa viver	29.883,93
MG	Centro de Agricultura Alternativa do Norte Minas - CAA/NM	Rede Regional de Empreendimentos de Sustentáveis e Solidários	30.000,00
MT	Associação Estadual de Cooperação Agrícola Secretaria Estadual Mato Grosso	de Alternativas Econômicas sustentáveis no uso de subprodutos florestais para a comunidade de assentamento Antonio Conselheiro em Tangará da serra e Barra do Bugre • MT	26.840,00
MT	Grupo de Trabalho Amazônico - GTA	Fortalecimento Institucional do Grupo de Trabalho Amazônico	27.432,25

COMUNIDADES TRADICIONAIS



Regional Mato Grosso

MT	Associação Itao Indígena Kayabi	Terra Capacitação de Indígenas para Manejo de Castanha-do-Brasil	de 29.980,00
MT	Cooperativa Mista dos Produtores Rurais Poconé • COMPRUP	Projeto de Implementação de Agroextrativismo Sustentável Comunidades Tradicionais	ao 29.999,08 as
MT	Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção • ANSA	Projeto de Fortalecimento institucional	da 30.000,00
PA	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Monte Alegre - PA	Fortalecimento da produção extrativista de região de Juçarateua, Açaizal, Centro Grande (Maripá)	na 29.460,00

Projetos Tipo C (Valores solicitados ao Programa entre R\$ 30.000 a 100.000)

UF	Proponente	Título do Projeto	Valor solicitado e contrapartida (R\$)
AM	Fundação Amazônica • FVA	Vitória Identificação de novas fontes de matéria-prima para a atividade artesanal em Novo Airão: capacitando novos parceiros para o manejo sustentável de fibras vegetais	125.737,05
MA	Associação de Moradores Quilombo Frechal	Fortalecimento da Reserva Extrativista Quilombola do Frechal • MA por meio da Capacitação, estruturação e manejo da juçara (açaí).	109.421,00
MT	Comissão Pastoral da Terra - regional Mato Grosso	Comunidades Tradicionais em Mutirão pelo Cerrado	131.013,75
PA	Associação dos Moradores do Anfrizio - AMORA	Projeto Nova Esperança	134.079,50

COMUNIDADES TRADICIONAIS



PA	Sindicato dos Açaí: pretinho bom do Pará	114.894,00
	Trabalhadores Rurais de Porto de Moz	
PA	Associação Cooperativa Finalização da Unidade Agroindustrial para 99.531,08	
	Agroextrativista de processamento de palmito em conserva, no	
	Gurupá - ACOEX município de Gurupá	

Projetos Excepcionais • Programa Comunidades tradicionais

UF	Proponente	Título do Projeto	Valor solicitado e contrapartida (R\$)
DF	Grupo de Trabalho Espaço Amazônico na II Conferência Nacional Amazônico • GTA	do Meio Ambiente	30.000,00
MA	Movimento Interestadual 1ª Festa do Babaçu • babaçu livre em canto, das Quebradeiras de prosa, verso e feira		30.000,00
	Coco Babaçu - MIQCB		

Projetos Excepcionais • Proambiente

UF	Proponente	Título do Projeto	Valor solicitado e contrapartida (R\$)
AC	Grupo de Pesquisa e Promover a agricultura familiar por meio de Extensão em Sistemas uma assistência técnica diferenciada com a Agroflorestais do Acre • implementação dos Planos de Utilização das PESACRE	Unidades Produtivas Familiares	393.400,19
PA	Fundação Viver Produzir Apoio institucional para execução das e Preservar • FVPP	atividades agroextrativistas dos Planos de Utilização das Unidades Produtivas Familiares do Pólo da Transamazônica	389.733,31
TO	Alternativas para a Apoio à implementação dos Planos de Uso das Pequena Agricultura no propriedades das Populações Tradicionais do Tocantins • APA/TO	Pólo Pioneiro do Bico do Papagaio.	358.232,00



Fonte: Ministério do Meio Ambiente (www.mma.gov.br)

Portaria define para comunidade quilombola Casca, no Rio Grande do Sul, a delimitação de terras

Porto Alegre – A comunidade Casca, no município de Mostardas (RS), será identificada, reconhecida e terá o território dela delimitado, segundo a portaria assinada nesta segunda-feira (17) pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

A área – titulada e registrada em nome das 85 famílias quilombolas – tem 2,38 mil hectares. Casca é a segunda comunidade quilombola do estado a ter a portaria de reconhecimento de suas terras assinada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

"É um direito que a gente tem. Esta terra é nossa, e agora podemos comprovar", resumiu Diosmar Lopes da Rosa, presidente da Associação Comunitária Dona Quitéria, entidade que representa o quilombo Casca. Para ele, a assinatura da portaria significa a valorização das comunidades tradicionais.

O ministro do Desenvolvimento Agrário participou da posse de Mozar Artur Dietrich, na Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul. 17/04/2006

Shirley Prestes

Fonte: Agência Brasil (www.radiobras.gov.br)

Pedidos de patente não seguem exigência legal de consulta a comunidades tradicionais, diz estudo

Pinhais (PR) - No Brasil, todo produto ou processo cuja invenção tenha envolvido acesso a recursos genéticos (informações de

COMUNIDADES TRADICIONAIS



moléculas de plantas ou de animais) ou a conhecimentos tradicionais associados deve ter certificado do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) antes de ser patenteado.

No entanto, pesquisa inédita da organização não-governamental (ONG) Instituto Socioambiental (ISA) revelou que nenhum dos 110 pedidos de patentes estudados - feitos ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) entre julho de 2000 e maio de 2005 - apresentava o documento exigido.

O CGEN foi criado em 2001, por meio da Medida Provisória (MP) 2.186-16. A legislação - publicada pela primeira vez em julho de 2000, atualmente na 16ª edição - estabelece como requisitos fundamentais para que uma pesquisa com recursos genéticos seja autorizada: a anuência prévia e expressa das comunidades envolvidas, um termo de consentimento que estabeleça os critérios e limites do estudo e um contrato de repartição de benefícios (no caso de bioprospecção, ou seja, de pesquisas que tenham fins comerciais).

No Artigo 31, a MP obriga que o processo de concessão de patentes relativas a esses recursos leve em consideração as suas exigências - que, em 2001, foram reunidas no certificado do CGEN, órgão responsável por autorizar essas pesquisas.

O estudo do ISA considerou inicialmente os 82.504 pedidos de patentes registrados no Inpi no período delimitado. A partir daí - e pelas informações que constavam no resumo dos pedidos, disponíveis no site do Inpi - considerou apenas aqueles que possivelmente se relacionavam com recursos genéticos e conhecimentos tradicionais, da maneira como eles são definidos pela medida provisória. "Ficamos com um universo de 1.874. Então, solicitamos do Inpi cópias do processo todo de 110 desses resumos", explicou o biólogo responsável pelo levantamento, Henry Novion.



"Desses, apenas 18 declaravam o local da coleta do material do material genético, sendo que apenas 10 diziam inclusive qual a localidade [município]", contou Novion. "Os outros oito citavam a instituição de pesquisa, apenas". Outro dado tabulado pelo estudo foi o de que 27 desses pedidos citavam o uso do recurso natural feito por comunidades locais como referência de garantia de eficácia da "descoberta" – mas nenhum deles apresentava qualquer documento que mostrasse que essas comunidades autorizaram o estudo.

"O Inpi não obriga o interessado a apresentar o certificado do CGEN, e a pessoa que pede a patente também não declara espontaneamente a informação", lamentou Novion. "Isso cria um círculo vicioso, que faz com que a legislação não seja cumprida". De acordo com Novion, o Inpi ainda está analisando os pedidos de patentes feitos em 1999. "Assim, ainda há tempo de que essa exigência, que passou a ser válida apenas em 2000, seja cumprida", afirmou. "A gente pretende apresentar esse estudo ao CGEN, para que o órgão faça valer sua responsabilidade".

As reuniões do CGEN são mensais. Novion falou sobre o estudo em um debate promovido hoje (27) pela Rede Andina de Combate à Biopirataria, da qual o ISA faz parte. O estudo foi tema de uma das discussões paralelas do sexta dia da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-8), que reúne no Paraná 3.600 representantes de 173 países. 27/03/2006

Thaís Brianezi

Fonte: Agência Brasil (www.radiobras.gov.br)

Comunidade quilombola em Goiás ganha linha telefônica e acesso à internet

Brasília - A comunidade quilombola de Kalunga Engenho II, no

COMUNIDADES TRADICIONAIS



município de Cavalcante em Goiás, já possuía um computador para atender cerca de 5 mil pessoas e ganhou ontem (16) uma linha telefônica sem fio para o acesso à internet. "Tiramos a comunidade do isolamento: agora, além da energia elétrica do programa Luz para Todos, os quilombolas têm computador e telefone funcionando a um custo muito baixo, apenas R\$ 156", informou o secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional, Athos Magno.

Os técnicos da Secretaria, segundo Athos Magno, estudam formas de estender o programa de inclusão digital para outras comunidades do Centro-Oeste, como Dom de Alma, que ainda não tem energia elétrica. "Muitos grupos quilombolas não têm nem meios de acesso, como estradas, o que dificulta o nosso trabalho", acrescentou.

O secretário explicou ainda que "no caso dos kalungas, nós ainda garantimos educação por meio dos computadores e agora do telefone, sem que eles precisem deixar as comunidades".

De acordo com o mais recente levantamento feito pela Fundação Palmares, do Ministério da Cultura, o país tem hoje 659 grupos de quilombolas. O registro é feito pelas próprias comunidades, por meio de carta à instituição, responsável por emitir a certidão.

A Secretaria para o Desenvolvimento das Comunidades Tradicionais prevê para o fim deste ano a assinatura de um convênio com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para que se faça um levantamento formal das comunidades quilombolas. 17/03/2006

Ana Larissa Albuquerque

Fonte: Agência Brasil (www.radiobras.gov.br)

Comunidades tradicionais levarão reivindicações à Conferência Internacional sobre Reforma Agrária

COMUNIDADES TRADICIONAIS



Porto Alegre – Com o objetivo de discutir propostas a serem levadas à 2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, que começa amanhã (6), na capital gaúcha, representantes de comunidades tradicionais de todo o país participaram hoje do seminário nacional A Questão da Institucionalização do Acesso ao Território de Comunidades Tradicionais Extrativistas e Locais, promovido pelo governo brasileiro.

Logo na abertura dos trabalhos pode se constatar a amplitude da diversidade brasileira. Diferentes definições pessoais apareceram quando os participantes dos debates se apresentaram. Por exemplo, quem trabalha em atividades rurais não é só o agricultor ou pecuarista. Pode ser seringueiro, castanheiro, extrativista, quebrador de coco, pescador. Sem falar que esse mesmo trabalhador pode também reivindicar uma etnia, seja indígena ou de origem africana. Ou ainda, uma origem histórica, explicando como a comunidade da qual faz parte passou a ocupar o espaço em que vive, como quilombola, geraizeiro, catingueiro, vazanteiro, posseiro dos faxinais do Paraná ou dos fundos de pasto na Bahia.

Por meio das propostas que devem ser definidas hoje no seminário, os participantes pretendem assegurar a inclusão no documento final da conferência de um texto que mencione a necessidade de garantia de território para as comunidades tradicionais, considerando a possibilidade de autodefinição dessas populações não só pela origem indígena, mas também racial ou histórica.

Para embasar essas reivindicações, os participantes do seminário baseiam-se na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil. O texto da convenção prevê, no artigo segundo, que " a consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como



critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção".

No entanto, segundo a coordenadora do programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Renata Leite, essas questões não estão incluídas nos documentos preparatórios da 2ª Conferência. "Essas comunidades nem sempre se identificam como o Estado propõe. Você discrimina todas as outras formas de autodefinição se só considera legítima a dos indígenas", diz ela. Renata lembra, porém, que o Brasil é o único país que traz ao evento de Porto Alegre representantes de comunidades tradicionais como integrantes da delegação oficial. São uma quilombola, um indígena e um seringueiro.

Segundo o antropólogo Alfredo Wagner, da Universidade Federal do Amazonas e conferencista do seminário, na sociedade brasileira o critério da autodefinição está sob ameaça. "As pessoas acham que todo mundo está querendo levar vantagem", diz ele. Para o especialista, a tramitação de diversos projetos de lei contra o princípio da autodefinição no Congresso Nacional é sintoma de um preconceito hoje comum.

A 2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, organizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), em parceria com o governo brasileiro, começa amanhã (6) e vai até sexta-feira (10). O seminário com representantes de comunidades tradicionais é organizado pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social.

05/03/2006
Spensy Pimentel

Fonte: Agência Brasil (www.radiobras.gov.br)

Ministro Patrus Ananias reúne-se em São Luís com representantes de comunidades tradicionais



Brasília - Representantes de 53 comunidades de terreiros, quilombolas e indígenas de São Luís reúnem-se hoje à tarde com o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Patrus Ananias. O encontro ocorre às 15 horas, na Universidade São Luís, e tem o objetivo de discutir a realidade dos grupos tradicionais da capital e formas de implementar o Programa de Acesso à Alimentação da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar do MDS. Atualmente, as 53 comunidades recebem 20 cestas por mês do ministério.

Patrus Ananias chega a São Luís no início da tarde para uma visita de dois dias. Ainda no aeroporto, dá entrevista coletiva seguida de encontro com os grupos tradicionais. Logo depois (16h30), inaugura um Centro de Referência da Assistência Social no bairro Cidade Olímpica. Denominado Casa das Famílias, o centro conta com dois psicólogos e três assistentes sociais. Possui capacidade para atender até cinco mil famílias.

Amanhã (21), o ministro faz palestra no último dia de debates do 1º Encontro de Integração dos Municípios do Maranhão, que vai discutir o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. O encontro será aberto hoje (20), no auditório do Sindicato dos Bancários. A coordenadora-geral de Acompanhamento das Ações do MDS, Maura Luciane, participa como expositora, às 16h15, da mesa-redonda A pergunta que não quer calar. 20/02/2006

Spensy Pimentel

Fonte: Agência Brasil (www.radiobras.gov.br)

Comunidades tradicionais do Maranhão estão ameaças por Pólo Siderúrgico, aponta relatório

Brasília - Duas comunidades tradicionais com cerca de 611 famílias estão ameaçadas de remoção para dar lugar ao Pólo Siderúrgico de São Luís (MA). Organizações de direito humanos

COMUNIDADES TRADICIONAIS



fizeram o alerta ontem, com a divulgação do livro *Relatores Nacionais em Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais*. O documento anual foi lançado pela Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (Plataforma DhESCA Brasil) com o apoio do Programa Voluntários das Nações Unidas.

De acordo com o relatório, as comunidades obtiveram o título das terras em 1998, mediante doação do governo do Maranhão. O governo do estado agora teria pronto um projeto de remanejamento da Vila Maranhão e de parte da comunidade da Vila Cajueiro, elaborado sem consulta e participação das partes interessadas. O texto explica que o projeto prevê o reassentamento das famílias em casas de alvenarias de 60 metros quadrados e indenização média de R\$ 16 mil por família.

Segundo o livro, a construção do Pólo viola os direitos humanos a moradia, meio ambiente e alimentação, além de violar o patrimônio cultural mundial, uma vez que São Luís possui o título.

O cadastramento das casas teria sido feito ilegalmente, tanto pela inexistência de procedimento administrativo que o autorizasse como pela violência e arbitrariedade impostas a população.

O documento conta que, sem autorização para entrar e interferir, técnicos das empresas empreendedoras invadiram as propriedades dos moradores, picharam as paredes para marcar com números aquelas que seriam atingidas pelo empreendimento e proibiram os moradores de reformar ou ampliar as residências.

O projeto inicial, em uma área de 2.471 hectares, previa a instalação de três usinas e o remanejamento de 14,4 mil pessoas de doze comunidades tradicionais rurais, ribeirinhas,



quilombolas, de marisqueiros e pescadores. Como a lei do Maranhão autoriza a concessão de terras públicas até mil hectares, a área foi reduzida a 1.068 hectares e a construção restrita a apenas uma usina.

De acordo com a denúncia, não há previsão de um programa de capacitação profissional para aqueles que foram "alijados da sua atividade econômica e nem de um controle ambiental e da saúde do trabalhador". O governo do Maranhão, no entanto, afirma que 15 mil empregos diretos serão gerados durante a instalação e cerca de 5 mil empregos para a operacionalização.

O livro afirma que o projeto carece de informações detalhadas sobre possíveis impactos no abastecimento de água, risco de contaminação do ar, controle da poluição e possível destruição do ecossistema. "De que forma o Estado, que não tem estrutura de monitoramento da qualidade da água e do ar e sequer conhece o impacto já causado pelas plantas industriais, realizará o controle ambiental do empreendimento?", questiona o documento. 10/02/2006

Alessandra Bastos

Fonte: Agência Brasil (www.radiobras.gov.br)

Estudo para reconhecer área quilombola no Mato Grosso começou em 2003

Brasília – Os estudos técnicos para a criação da área quilombola de Mata Cavalo, no município de Nossa Senhora do Livramento (MT), começaram a partir da assinatura de um decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em novembro de 2003.

Até o momento, no entanto, o estudo que deve regulamentar o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos quase 12 mil hectares ocupados pelas cerca de 415 famílias quilombolas não foi concluído pelo

COMUNIDADES TRADICIONAIS



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pela Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura.

A Subsecretaria de Comunidades Tradicionais da Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Igualdade Racial (Seppir), que acompanha o caso, informou que a demora na conclusão dos estudos se deu por problemas nos registros cartoriais da área.

A justiça federal do Mato Grosso determinou, na última sexta-feira (27), a reintegração de posse aos antigos donos de quatro fazendas situadas dentro do quilombo, onde vivem aproximadamente 48 famílias. Um dia antes (26), os quilombolas foram buscar uma solução para o conflito na Assembléia Legislativa do estado.

Assim, ficou marcada para hoje (31) uma reunião entre o juiz que expediu as liminares que reintegram as terras, Jefferson Schneider, os quilombolas e uma força-tarefa formada por representantes da Seppir, do Incra e da Fundação Cultural Palmares. A força-tarefa tem que concluir o estudo e publicá-lo no Diário Oficial (D.O.) da União ainda esta semana. A partir da publicação, o juiz pode suspender as liminares. A procuradora da Fundação Palmares, Ana Maria Lima de Oliveira, e a técnica do Seppir, Maria Izabel, viajaram esta manhã para participar do encontro.

O presidente do Incra, Holf Hackbart, informou hoje (31) que os estudos antropológicos e de território estavam sendo feitos. "A questão dos quilombolas é muito delicada. Estamos, pela primeira vez na história do Brasil, trabalhando incessantemente para regularizar a situação dessas comunidades", afirmou "Mas precisamos da colaboração da Justiça para entender a demora na conclusão desses estudos. A ocupação do território nacional não foi feita de maneira ordenada, por isso há um conflito entre os registros nos cartórios e o levantamento territorial do Incra", observou. 31/01/2006



Álison Machado

Fonte: Agência Brasil (www.radiobras.gov.br)

Ao fim da conferência, comunidades tradicionais reafirmam necessidade de reforma agrária

Brasília – Nos mundos das comunidades tradicionais, as questões ambientais estão profundamente ligadas às culturais. "A gente tem um modo de vida – de produzir e se relacionar com a natureza – que fomos percebendo, com o tempo, que tinha a ver com o que as pessoas chamavam de ecologia", conta a presidente do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Maria Aquino.

As comunidades tradicionais – extrativistas, quebradeiras de coco, artesanais, quilombolas, indígenas, ribeirinhas e castanheiras – não apenas sobrevivem do que extraem da natureza, mas também vivem nesse território. É com essa idéia de desenvolvimento sustentável que elas participam da 2ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, que termina hoje (13) em Brasília.

A primeira questão abordada pelas 602 organizações, associações, sindicatos e movimentos sociais que compõem o GTA é a reforma agrária. "A política tradicional não atendia a nossa demanda porque apenas dando lote não se resolve a questão", explica Maria Aquino.

A representante conta que o Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) vem adotando uma política diferenciada de reforma agrária para as comunidades tradicionais da Amazônia. As reservas extrativistas possuem uma classificação diferenciada das áreas de conservação ambiental. Elas são consideradas unidades de conservação, porém é permitido o uso sustentável dos recursos naturais da área.

COMUNIDADES TRADICIONAIS



As reservas extrativistas da Amazônia estão sendo destinadas, por meio da reforma agrária, às comunidades tradicionais da região. "É uma grande conquista", aponta Maria Aquino.

Para ela, o problema de uma reforma agrária não diferenciada é que "acaba com a cultura de um povoado porque eles deixam de ter uma floresta ao seu redor, onde estão acostumados a sobreviver dela e a fazer manejo, para trabalhar em um lote que tem o modelo de derrubar floresta e plantar grãos".

Maria Aquino explica que quando não conseguem se adaptar ao novo modo de vida, as comunidades migram "para as periferias das grandes cidades, para favelas".

Uma reivindicação ainda não atendida, e também debatida na Conferência, é a mudança do atual modelo bancário para financiamentos de produção. "Os que estão disponíveis não atendem à demanda dessas populações porque não se enquadram tecnicamente. Os bancos têm uma planilha dos produtos que podem ser financiados", afirma ela.

Para o GTA, a solução seria acrescentar produtos extrativistas, como o açaí e a castanha, àqueles que podem receber financiamentos. 13/12/2005

Alessandra Bastos

Fonte: Agência Brasil (www.radiobras.gov.br)

Projeto do BID não envolve comunidades tradicionais da mata atlântica, critica ONG

Brasília – O projeto de desenvolvimento do ecoturismo na região do Vale do Ribeira, no litoral sul paulista, sofreu críticas de Nilto Tatto, coordenador do Instituto Socioambiental (ISA) para a área. Segundo ele, apesar das boas propostas para o desenvolvimento sustentável do meio ambiente, o projeto não

COMUNIDADES TRADICIONAIS



contempla a participação direta de comunidades tradicionais.

Além disso, Tatto critica a licitação para construir dentro dos parques, de *resorts*, restaurantes e lojas. "Por mais que se capacite uma população tradicional, ela sempre perderá espaço na exploração do ecoturismo para profissionais terceirizados", argumenta.

O coordenador do projeto, Sérgio Salazar, defende que o governo de São Paulo trabalhará na linha "das oportunidades para todos". "Qualquer interessado poderá participar do processo de licitação. Faremos a capacitação das comunidades e caso elas percam para grandes empresas inscritas, essas empresas terão de provar que vão contratar membros das comunidades locais e que vão investir no entorno, sem prejudicar a população da área", afirma.

De acordo com Salazar, serão investidos R\$ 1,5 milhão em capacitação para essas comunidades. "Queremos que elas tenham capacidade para participar de pequenos negócios na região. Esse é o nosso desafio e o nosso compromisso", ressalta.

O projeto, de duração de quatro anos, e previsão de pagamento para vinte anos, foi aprovado pelo Conselho Administrativo do BID e deverá ser implementado no Vale do Ribeira e em Ilhabela (litoral paulista) a partir de 2006, depois de passar pelo aval do Senado Federal e ser assinado pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. 15/11/2005

Fernanda Muylaert

Fonte: Agência Brasil (www.radiobras.gov.br)

Educação diferenciada para comunidades quilombolas será discutida em Pernambuco

Recife – As alternativas para ampliar a oferta de cursos de

COMUNIDADES TRADICIONAIS



educação básica diferenciada em comunidades quilombolas de Pernambuco serão debatidas de segunda (27) a sexta-feira (31), durante um seminário no Hotel Recife Park.

O evento, promovido pela secretaria estadual de Educação, vai reunir professores, pesquisadores, antropólogos, representantes da Comissão Pastoral da Terra, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além de povos quilombolas e indígenas.

De acordo com a secretária executiva de Desenvolvimento da Educação, Sara Lima, a idéia é definir métodos pedagógicos que atendam às especificidades históricas de uma sociedade que vive isolada, "levando em consideração a diversidade cultural desses povos".

Existem 96 grupos quilombolas em Pernambucano e, de acordo com dados da secretaria estadual de Educação, algumas comunidades não possuem nenhuma unidade de ensino por falta de professores capacitados e infra-estrutura precária.
25/03/2006

Márcia Wonghon

Fonte: Agência Brasil (www.radiobras.gov.br)

Políticas públicas em educação para comunidades quilombolas são tema de seminário

Recife - As políticas públicas na área de educação voltadas para 96 comunidades quilombolas que vivem em território pernambucano serão debatidas de hoje (27) até sexta-feira (31), em seminário no Recife Park Hotel, em Boa Viagem, com mais de 250 participantes.

São esperados representantes do Ministério da Educação, trabalhadores rurais ligados ao Movimento dos Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra, universidades, Instituto

COMUNIDADES TRADICIONAIS



Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Secretaria Estadual de Educação.

De acordo com Nilton Gomes, coordenador de Educação no Campo, da Secretaria estadual de Educação a idéia é buscar alternativas para ampliar o atendimento às populações descendentes de escravos, "considerando o processo de organização e a cultura desses povos".

Ele explicou que além do analfabetismo as comunidades quilombolas pernambucanas enfrentam outras dificuldades. "Esses povos precisam superar inúmeros desafios, como por exemplo a titulação da posse da terra, saúde e saneamento básico", observou.

A secretária executiva de Desenvolvimento da Educação, Sara Lima, explicou que a expectativa é definir durante o encontro a criação de um método pedagógico capaz de atender as especificidades históricas de cada comunidade, levando em conta o modo de vida e as dificuldades enfrentadas por essas sociedades ao longo dos anos. 27/03/2006

Márcia Wonghon

Fonte: Agência Brasil (www.radiobras.gov.br)

Fórum indígena critica COP-8 por não avançar no reconhecimento dos saberes tradicionais

Pinhais (PR) – O Fórum Internacional Indígena sobre Biodiversidade (FIIB) criticou hoje (31) a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-8). Segundo os participantes do fórum, a COP-8 não avançou na construção de um regulamento internacional para o acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais. Os indígenas esperavam a criação de um sistema de regras mundiais para as pesquisas com plantas e animais, que, segundo eles, se apropriam do saber dos indígenas, quilombolas e extrativistas. A

COMUNIDADES TRADICIONAIS



proposta do fórum é que haja mecanismos de repartição dos lucros e tecnologia com as comunidades locais.

Na plenária final da conferência – às 15h00 – os 3.600 delegados de 173 países devem apenas oficializar os documentos que servirão de base de discussão do regime (único ponto de consenso entre no grupo de trabalho que discutiu o assunto). O desafio de estabelecer prazo para que o regime internacional fique pronto e acordar o que fará ou não parte dele não foi cumprido.

"Estamos muito preocupados porque vemos os dois principais objetivos da convenção se distanciando. A conservação da natureza e a repartição de benefícios foram deixadas de lado nesta conferência. As partes só querem saber do uso [*terceiro objetivo*] dos recursos naturais, dos interesses comerciais", avaliou a liderança argentina do povo Umaguaca, Viviana Figueroa.

"Não estão se dando conta de que proteger o direito dos povos indígenas é proteger biodiversidade e cultura", lamentou a norte-americana Donna House, do povo Dine Navajo. "É triste ver que há quem pense que seu poder é maior do que a vida. As potências precisam respeitar a realidade da nossa existência, assim como da mão Terra", concordou o brasileiro Anísio Guato, do povo Canoeiros, que vive no Pantanal.

A filipina Lourdes Amos, do povo Kankana, questionou também o modo como os indígenas participaram da conferência – apenas como observadores. Eles tiveram direito à voz, mas a opinião deles não foi levada em consideração na hora de se verificar a existência de consenso.

Para os participantes do fórum indígena, o único avanço da COP-8 foi manter a proibição absoluta (estabelecida em 2000) para pesquisas com tecnologias genéticas de restrição de uso



(GURTs, pela sigla em inglês) O principal tipo de GURTs são as sementes suicidas ou *terminators* - cuja planta produz sementes esteréis. 31/03/2006

Thaís Brianezi

Fonte: Agência Brasil (www.radiobras.gov.br)

Comunidades quilombolas de Sergipe ganharão 400 casas

Brasília - Um convênio entre a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e o Ministério das Cidades vai permitir a construção de 400 casas nos territórios quilombolas sergipanos de Santa Luzia, Indiaroba, Japaratuba, Poço do Redondo e Porto da Folha. A solenidade de assinatura do convênio do programa Brasil Quilombola será realizada durante a segunda rodada do Seminário de Capacitação de Gestores na Região Nordeste.

O evento reunirá, de hoje (6) até o próximo sábado, em Aracaju, representantes governamentais e lideranças quilombolas de Sergipe, Bahia e Alagoas. Durante o encontro, será realizada a capacitação de gestores estaduais e municipais por meio de seminários já realizados nas regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste. A programação prevê ainda exposições dos 21 órgãos federais envolvidos com o Brasil Quilombola, discussões sobre convênios, programas para acesso ao crédito solidário e atualização de informações sobre o processo de regularização fundiária. 06/04/2006

Fonte: Agência Brasil (www.radiobras.gov.br)

Quilombolas

COMUNIDADES TRADICIONAIS



As comunidades remanescentes de quilombo ainda são pouco conhecidas por grande parte dos brasileiros. Entretanto, levantamento feito pela Fundação Cultural Palmares, órgão ligado ao Ministério da Cultura, aponta a existência de aproximadamente 743 comunidades quilombolas vivendo em ao menos dezoito estados do país: Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins. A Constituição Brasileira de 1988 reconheceu às comunidades remanescentes de quilombos o direito à propriedade de suas terras. São áreas de difícil acesso, onde viviam os antepassados de uma população que compartilha história comum de fuga da dominação e construção de uma nova vida nas matas amazônicas.

O decreto 4887/03 visa garantir às comunidades quilombolas a posse de terra e o acesso a serviços, como saúde, educação e saneamento. Para assegurar o ingresso a uma educação de qualidade, o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade traçou as seguintes ações específicas:

- Formação específica de professores para área de remanescente de Quilombos;
- Fóruns estaduais para articulação e acompanhamento das formações de professores in loco;
- Ampliação e melhoria da rede escolar;
- Produção e aquisição de material didático para Quilombola.

O trabalho da Coordenação-geral de Diversidade e Inclusão é feito em conjunto com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Fundação Cultural Palmares e mais 22 ministérios.

Legislação

COMUNIDADES TRADICIONAIS



- Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal
- Decreto nº4887 de Novembro de 2003

Fonte: Ministério da Educação (www.mec.gov.br)